

JORNAL DA

PSICOLOGIA

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais

102

POPULAÇÃO DE RUA

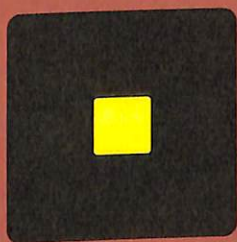
Psicologia e a construção de autonomia

ENTREVISTA

A força dos territórios no SUS

CONGRESSO NACIONAL

MG poderá levar até 27 representantes



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS



ANO 29 - NÚMERO 102 - DEZEMBRO DE 2015

4ª Região Minas Gerais

EDITORIAL

A Psicologia vem sendo chamada a se pronunciar e a agir nas diversas políticas públicas desenvolvidas no Brasil, refletindo a ampliação da nossa profissão, que originariamente restringia-se ao atendimento individual e privado. O momento mais evidente dessa expansão foi 2005, quando vimos no Código de Ética a saúde do sujeito aliada à qualidade de vida; a exigência de uma postura crítica frente à realidade política, social, econômica e a preocupação, que surge como princípio, com a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento e aos serviços de Psicologia (princípio V).

Esta edição do *Jornal da Psicologia* permanece realçando o compromisso da profissão com a sociedade, que busca compreender o ser humano considerando sua realidade em todos os âmbitos, posicionando-se, ativa e criticamente, na luta intransigente pela justiça social e pelo combate às violações aos direitos humanos.

Diariamente, buscamos produzir transformações em políticas públicas respondendo de forma ética e técnica às necessidades da sociedade brasileira.

É nessa perspectiva que respondemos ao caso da tragédia provocada pelo rompimento das barragens de rejeitos de minério na região de Mariana – catástrofe que atingiu, na mesma proporção das vidas afetadas, a saúde mental de todo o povo mineiro, dada a própria origem econômica do Estado.

O Conselho, comprometido com as urgências e com a compreensão da dimensão subjetiva da catástrofe, construiu estratégias e propôs ações de enfrentamento da situação de vulnerabilidade da população atingida, de acordo com as necessidades coletivas, viabilizando espaços de reflexão profissional, além da expressão, autonomia e protagonismo dos indivíduos na busca de enfrentamento e superação das situações.

A pronta intervenção do CRP-MG e o comprometimento de psicólogas e psicólogos em ações na cidade de Mariana revela a face contemporânea da Psicologia, na qual os direitos humanos e a ética são parâmetros balizadores para o exercício profissional de uma categoria, plural e diversa, solidária e implicada com a transformação do mundo em que vivemos.

EXPEDIENTE

SEDE (CRP-MG)

R. Timbiras, 1532, 6º andar
• Lourdes CEP: 30140-061
• Belo Horizonte/MG Tel:
(31) 2138.6767 / Fax: (31)
2138.6763 E-mail: crp04@
crp04.org.br
Site: www.crpmg.org.br

SUBSEDES

Centro-Oeste • Divinópolis
Telefone: (37) 3213-8930
E-mail: centrooeste@crp04.
org.br

Leste • Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475
E-mail: leste@crp04.org.br

Norte • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720
E-mail: norte@crp04.org.br

Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.
org.br

JORNAL DA PSICOLOGIA

Informativo do Conselho
Regional de Psicologia
Minas Gerais (CRP-MG)

XIV PLENÁRIO (GESTÃO 2013-2016)

DIRETORIA

Conselheiro Presidente
Roberto Chateaubriand
Domingues
Conselheiro Vice Presidente
Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Conselheira Tesoureira
Marília de Oliveira
Conselheira Secretária
Elaine Maria do Carmo Zanola
D. de Souza

CONSELHEIROS

André Amorim Martins;
Anna Christina da Cunha M.
Pinheiro;
Aparecida Maria de Souza B.
Cruvinel;
Celso Renato Silva;
Cláudia Aline Carvalho
Espósito;
Cláudia Natividade;
Dalcira Ferrão;
Deborah Akerman;

Délcio Fernando G. Pereira;
Eliane de Souza Pimenta;
Elizabeth de Lacerda Barbosa;
Eriane Sueley de Souza
Pimenta;
Érica Andrade Rocha;
Felipe Viegas Tameirão;
Helena Abreu Paiva;
Leila Aparecida Silveira;
Madalena Luiz Tolentino;
Marcus Macedo da Silva;
Maria da Conceição N. Caldas;
Maria Tereza de Almeida G.
Nogueira;
Marisa Estela Sanabria
Bourman;
Odila Maria Fernandes Braga;
Stela Maris Bretas Souza;
Túlio Louchard Picinini Teixeira

Comissão Editorial:

Aparecida Maria de Souza B.
Cruvinel, Cláudia Natividade,
Eliane de Souza Pimenta e
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Gerente de Comunicação:

Nathalia Monteiro (CRPRP
3ª Região – 2154) rp@crp04.
org.br

Assessora de

Comunicação: Cristina
Ribeiro ascom@crp04.org.br

Projeto Gráfico: SRS -
CRIAÇÃO E PRODUÇÃO

Diagramação: Carolina
Magalhães

Jornalista Responsável:
Priscila Carvalho (MTB 35388-
SP)

Reportagem: José Vítor
Camilo, Lucas Simões e Raul
Gondim (Quebra Coletivo de
Comunicação). Cristina Ribeiro
e Eliziane Lara (CRP-MG).
Mylena Lacerda e Roberta
Gregório (Estagiárias)

Ilustrações: Rômulo Garcia

Fotografias: Gláucia
Rodrigues/Sedese-MG (p.4
e 5); Ascom/CRP-MG (p.11);
Lidyane Ponciano (p.19,
primeira)

Revisão: Carolina Magalhães

Gráfica: Gráfica e Editora O
Lutador

Tiragem: 32 mil exemplares

Leia o *Jornal da Psicologia*
também em versão digital no
site www.crpmg.org.br



PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGO@S FORTALECE O SUAS

Inserção de psicólogas e psicólogos nos conselhos, conferências e demais espaços abertos à construção coletiva da política de Assistência Social dá visibilidade às demandas da categoria e também à garantia de direitos socioassistenciais.

Nos últimos meses, o Brasil presenciou debate público sobre a relevância de mecanismos de participação social e controle das atividades públicas pela sociedade. A experiência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no entanto, mostra que a inclusão do controle público como uma das diretrizes básicas na formulação das políticas para o setor pode trazer avanços na transparência, na estruturação e no bom funcionamento das ações, ainda que desafios à participação sigam existindo. Quais são os caminhos e os percalços para a participação efetiva de psicólogas e psicólogos na construção da política do SUAS?

O controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela população – na qual estão incluídos trabalhadores, usuários e entidades socioassistenciais – está previsto no artigo 5º da Lei Orgânica

de Assistência Social (LOAS) como uma das diretrizes básicas na formulação das políticas para o setor. Psicólogas e psicólogos, em geral, inserem-se nos debates como trabalhadores. E a participação de trabalhadores na construção da política do SUAS se diferencia da intervenção dos outros atores do controle social, como explica Márcia Mansur, professora do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. “A trabalhadora e o trabalhador estão diretamente envolvidos nos serviços e em contato direto com a população atendida. Conhecem as demandas, a realidade e os desafios e têm condições de influenciar e lutar por melhores condições, tanto no trabalho como na qualidade da oferta da política.”

Assim, a participação das psicólogas no controle social tem por objetivo não somente a efetivação de



direitos trabalhistas, mas também socioassistenciais. Isto porque, entre as diversas tarefas que cabem às psicólogas atuantes no SUAS, está a de incentivar a cidadania e promover o protagonismo social de usuários e usuárias dos serviços. Dessa forma, estar nos locais de construção da política é elemento essencial tanto para a conquista de demandas da categoria, como para a plenitude do acompanhamento psicológico no SUAS.

DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO

Deborah Akerman é a conselheira do CRP-MG responsável por acompanhar a política de Assistência Social e consegue visualizar algumas dificuldades para a participação de psicólogas e psicólogos.

“Geralmente, não discutimos sobre participação na nossa formação, ainda temos um imaginário da Psicologia como profissão liberal e individual. Além disso, alguns gestores ainda veem a participação como algo negativo e aqueles que participam, muitas vezes, sofrem assédio moral no trabalho”, destaca. O tempo e a persistência exigidos para a participação são outro aspecto desmotivador, segundo a conselheira. “É necessário que a participação seja incluída no horário de trabalho”, reivindica.

Apesar disso, a inserção cada vez maior das psicólogas nas políticas públicas tem modificado este pensamento. “Está se percebendo que a participação é fundamental para que a política de Assistência Social seja de fato garantidora de direitos e de dignidade humana. Caso contrário, esta garantia fica apenas no papel”, conclui Akerman.

MECANISMOS

Os conselhos e conferências, previstos na LOAS, são espaços institucionais pensados estrategicamente para o controle, pela sociedade, das políticas públicas construídas pelo Poder Executivo.

Os Conselhos de Assistência Social existem em todos os três níveis da federação e têm por objetivo orientar, fiscalizar e formular a política pública junto aos governos. Eles são paritários – compostos por 50% de representantes governamentais e 50% da sociedade civil – e precisam ser criados a partir da iniciativa de prefeitos e governadores. De acordo com o Censo SUAS 2014, todos os estados brasileiros possuem conselhos e o país contabiliza 5.366 conselhos municipais. Em Minas Gerais, dos 853 municípios no estado, 841 possuem conselhos.

Valéria Fonseca é psicóloga e a atual presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, indicada por trabalhadores e usuários. Ela destaca a importância de a presidência do conselho ser ocupada por uma trabalhadora e psicóloga. “O diálogo está muito mais aberto. Antes, existia um excesso de burocracia para tratamento das questões e conseguimos criar um ambiente de troca, estabelecendo outra relação do conselho não só com os trabalhadores, mas também com usuários e entidades.”

As Conferências de Assistência Social são convocadas pelos conselhos e reúnem governo e sociedade civil para debater as prioridades da política para os anos seguintes. Por meio delas, os trabalhadores, assim como outros agentes, podem discutir e deliberar sobre a política de assistência social por meio da voz e do voto.

O ano de 2015 foi o ano da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília de 7 a 10 de dezembro com o tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”. Em Minas Gerais, ela foi precedida por etapas municipais, regionais e estadual. De acordo com informações da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese), entre maio e outubro deste ano foram realizadas no estado 834 conferências municipais e 15 regionais, sendo que estas últimas contaram com a presença de 2.755 pessoas de 650 municípios. A etapa estadual aconteceu em Belo Horizonte de 26 a 29 de outubro.

TRABALHADORAS ORGANIZADAS

Além dos espaços institucionais do controle social, são vários os locais de atuação abertos à participação política das profissionais psicólogas. Audiências públicas, ouvidorias, conselhos profissionais, sindicatos, associações, partidos e movimentos sociais são ferramentas importantes para a mobilização em torno da consolidação da Assistência Social como um direito de todos.

Criados com o objetivo de potencializar a participação política em todas estas instâncias, os fóruns de trabalhadores funcionam principalmente para a organização e a coletivização de demandas. Em agosto deste ano, foi instituído o Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do Estado de Minas Gerais (Fetsuas-MG). O CRP-MG compõe o fórum juntamente com outras entidades representativas de profissionais do SUAS.

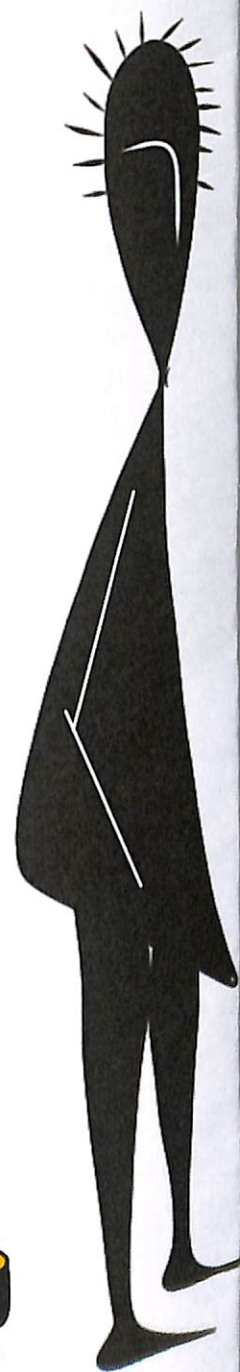


A 11ª Conferência Estadual de Assistência Social foi realizada em outubro, em Belo Horizonte-MG.

NA RUA, A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

O CRP-MG, por meio do Crepop, lança publicação com levantamento de políticas públicas na área. Livro apresenta também recursos técnicos e teóricos e discute dimensão ético-política.

“O maior diferencial para quem está vivendo nas ruas é a acolhida. É saber que, como um primeiro passo para ressignificar a vida, essa pessoa que vive na rua não se difere das outras e precisa de atenção, conversa, cuidados, amparo. Nesse sentido, a Psicologia tem um papel de destaque porque faz justamente o que poucos estão dispostos a fazer: acolher as pessoas sem distinção.” O apontamento experiente da psicóloga Roseni Terezinha Schmidt Ferraz, que há 20 anos trabalha com orientações e acolhimento à população em situação de rua, trata do papel da profissão frente a uma situação que afeta grandes cidades há séculos, mas que, nos dias





de hoje, tem sido transformada com importante contribuição de profissionais da Psicologia, apesar da pouca eficiência das políticas públicas voltadas aos moradores de rua.

Atento ao tema, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do Conselho Regional de Psicologia, CRP-MG, lançou em 2015 a publicação *A Psicologia e a População em Situação de Rua – Novas Propostas, Velhos Desafios*, para entender as especificidades do trabalho contemporâneo de psicólogas e psicólogos de Minas Gerais com a população que vive nas ruas. Saiba mais sobre a pesquisa no box.

PESQUISA OLHOU DE PERTO ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS EM 29 MUNICÍPIOS

A pesquisa realizada pelo CRP-MG, por meio do Crepop, é desdobramento de pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, e trabalhou no âmbito do estado de Minas Gerais.

O livro:

- Aborda 29 municípios mineiros com mais de 100 habitantes: população em situação de rua é maior em cidades de médio e grande porte.
- Aplicou questionário on-line amplo e reúne experiências de 37 profissionais de 13 municípios.
- Mapeia normas e políticas: estrutura, gestores, identificação de psicólogas e psicólogos, estrutura de controle social.
- Realizou mapeamento, grupos de discussão e entrevistas.

Criado em 2006, pelo CRP-MG, o Crepop-MG vem atuando na qualificação ética e técnica da categoria em políticas públicas, com apuro metodológico e teórico reconhecido nacionalmente.

Sobre as políticas:

- Minas Gerais ainda não aderiu ao Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População de Rua (PNRP). O estado instaurou uma Política Estadual para População de Rua com a Lei 20.846, promulgada em 2013.
- As diretrizes nacionais veem as pessoas em situação de rua como sujeitos que trabalham, que circulam pela cidade e com potencial de mudança de vida.
- Dos 29 municípios pesquisados, apenas dois não têm Serviço Especializado de Abordagem Social ou similar: Itabira e Muriaé.

De acordo com a pesquisa, as principais queixas de profissionais da Psicologia na abordagem aos moradores em situação de rua são os embates com ações higienistas do poder público. Na capital mineira, norma de 2013 proíbe retirada de pertences que possam ser levados em um único deslocamento (roupas, utensílios, documentos, etc.), mas permite a apreensão de "materiais e objetos dispostos irregularmente nos logradouros públicos".

"Muitas vezes o órgão público faz uma política higienista, mas também é aliado de ações que tentam acolher a população de rua. Não são poucos os casos de moradores de rua que questionam isso. De manhã alguém tenta recolher seus pertences e à tarde surge alguém oferecendo uma orientação de vida, querendo conversar. Aí muitos moradores têm resistência, claro", diz Luciana Franco, da equipe do Crepop. Uma resistência que Robson da Cruz Xavier, de 32 anos, conhecido pela alcunha de "Índio", viveu na pele por 12 anos – durante o tempo em que teve a rua, mais precisamente a Praça 7 e as adjacências da Rodoviária, como casa. Apesar de trabalhar como engraxate desde criança, Robson engrossou as estatísticas da população que vive nas ruas por não conseguir lidar com sua dependência ao álcool, após sua mulher e as duas filhas, hoje com 7 e 10 anos, cansarem de sua agressividade. "A gente sempre pensa como seria se pudesse voltar no tempo. Mas uma coisa que a rua me ensinou é que o governo vai te tratar pior que o lixo se você não tiver uma casa e estiver sujo, fedendo, andando por aí. Eu estive em abrigos, fui roubado neles, me bateram também, não é um lugar que podemos chamar de lar", reclama.

A guinada na vida de Robson aconteceu quando ele se deparou com a Pastoral de Rua, há dois anos, e encontrou nas conversas com voluntários algumas respostas para mudar a própria vida. "Eu mesmo decidi que iria sair das ruas, tirar documentos, arrumar um emprego qualquer que me pagasse todo mês e, claro, parar de beber. Uma das mulheres que trabalhavam para a Pastoral me ajudou com essas burocracias e tive a sorte de encontrar um supermercado que precisava de empacotador e não cobrava experiência. Isso me deu força para parar de beber porque eu não precisava me esconder mais, tinha gente avaliando meu trabalho, isso me preencheu", diz Robson.

Para lidar com essas abordagens tão delicadas diante das histórias de vida, a psicóloga Roseni Terezinha Schmidt Ferraz, da Pastoral de Rua, acredita que estratégias da Psicologia, atuando ao lado de outros profissionais da saúde e do direito, por exemplo, são um importante avanço. É o que acontece na parceria entre a Pastoral e o projeto Andanças, da FUC Minas. Por meio da troca entre a academia e a práxis, um grupo de 30 estagiários acompanha as profissionais durante as abordagens aos moradores de rua, trazendo um novo olhar. "Existe uma perspectiva de troca com todos os jovens. Esses estudantes não estão apenas aprendendo. Vimos que eles trazem uma abordagem distante do consultório clínico tradicional e mais preocupada em entender as necessidades do indivíduo e seus dilemas. A população de rua sente essa sensibilidade", atesta Roseni.

UM RETRATO DA POPULAÇÃO DE RUA EM BH

A capital mineira tinha, em 2013, 1.827 pessoas vivendo nas ruas, sendo que em toda a cidade estão disponíveis apenas 952 vagas em abrigos públicos. Entre os entrevistados, 43,6% tinham quadros depressivos e 94% manifestaram o desejo de deixar as ruas.

Diante do déficit das vagas em abrigos públicos e dos desafios nada novos, Lindalva Guimarães Mendes, psicóloga responsável pela Gerência de Promoção Social da Prefeitura de Belo Horizonte, avalia que é necessária uma ação mais ampla para transformar a realidade dos moradores de rua. “O fenômeno de população de rua é muito complexo, demanda assistência, saúde, educação, a gente precisa organizar um conjunto de ofertas, que demanda muitas áreas da sociedade. O psicólogo tem seu papel importante e cada vez mais sabe dialogar e se integrar às outras áreas, principalmente às políticas públicas, que dão avanços reais à sociedade”, disse.

PARTICIPAÇÃO

Algumas conquistas pontuais e em âmbito municipal têm ajudado a dar mais representatividade aos moradores de rua. Uma delas é o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, instituído em março de 2015, do qual participam moradores de rua e poder público. “Lá, a população de rua foi impulsionada a dialogar, o que fazemos sempre com eles”, destaca Luciana Franco, do Crepop. Uma das conquistas foi o almoço gratuito nos restaurantes populares, mas moradores de rua ainda querem estender a possibilidade para finais de semana e feriados. Além do Comitê, a capital mineira tem como outras políticas públicas o Consultório de Rua.

CIDADES DE PEQUENO PORTE

Além de Belo Horizonte, apenas Ipatinga e Juiz de Fora têm uma Política Municipal Para a População em Situação de Rua. Para a psicóloga Cláudia Natividade, conselheira do CRP-MG e coordenadora do Crepop-MG, existe uma linha tênue que diferencia a população de rua de cidades de médio e grande porte daquelas de pequeno porte. “O que vemos é que, no interior, os vínculos familiares ainda são mais fortes. As pessoas se conhecem mais e é menos latente que alguém vá parar nas ruas ou fique nessa situação sem ser percebido. Já nas grandes cidades, o ritmo alucinante nos impõe muitas coisas, estar em muitos lugares, falar com várias pessoas, e muitos dos que vão para as ruas se perdem na invisibilidade de uma grande cidade.” A questão, no entanto, começa a despontar também no interior. “É um fenômeno a que devemos estar atentos”, diz Cláudia.

MULHERES E PESSOAS TRANS: INVISÍVEIS

Pesquisa inédita, focada em mulheres moradoras de rua, com atenção especial às pessoas trans, deve ser concluída ainda em 2015 pela Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG. “Percebemos que, se há uma situação de invisibilidade para os homens que estão na rua, há ainda mais para a mulher e muito, muito mais para a pessoa trans. Porque mesmo que haja poucas políticas públicas para mulheres e pessoas trans, no caso das pessoas trans simplesmente não existe nada, nenhuma política”, frisa André Luiz Freitas Dias, coordenador do Programa Polos de Cidadania da UFMG.



SUS: A FORÇA DOS TERRITÓRIOS

“Esperamos que cada vez menos precisemos de equipamentos especializados, de internação, e cada vez mais possamos fazer valer a força curativa dos territórios.” Para o professor titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eduardo Henrique Passos, é para essa expectativa que aponta a atuação da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele aposta na relação direta com o território e na escuta da comunidade, por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Doutor em psicologia, Passos foi consultor do Ministério da Saúde para a implantação da política de humanização e membro da comissão de metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, o Crepop.

Ele esteve em Belo Horizonte, no mês de outubro, discutindo o perfil de psicólogas e psicólogos na Saúde Pública e a contribuição da profissão à área, no Seminário Mineiro de Psicologia na Saúde Pública, promovido pelo CRP-MG.

Veja a seguir a entrevista completa.

Jornal da Psicologia – Como você entende a atuação de psicólogas e psicólogos no SUS?

Eduardo Henrique Passos – A porta de entrada do SUS é a atenção básica. Pensá-la como modelo da prática de saúde é pensar uma saúde produzida na relação direta com o território. Há uma compreensão de que 80% dos agravos na saúde podem ser resolvidos em uma relação direta com o território, uma saúde produzida no território, através dele e por ele.

O psicólogo tem que estar comprometido com essa alteração da escuta, da valorização do saber da própria comunidade. A atenção básica encontra na Estratégia de Saúde da Família uma ferramenta prioritária, com as equipes e o apoio de ações matriciadoras, que são os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs). Esses apoiadores pressupõem então

um trabalho que é, não com o usuário, mas com o trabalhador. É necessário cuidar do cuidador.

Essa ideia de apoio institucional é tributária de uma função que foi muito exercida pelo psicólogo, que é a supervisão de equipes. Temos uma contribuição importante para essa lógica que pauta a mudança de modelo do SUS, que é a lógica de cuidado do usuário e do trabalhador. Isso dá um papel muito destacado para toda a expertise que desenvolvemos no campo da Psicologia.

*Não há SUS sem essa
inseparabilidade entre clínica
e política.*

JP – É possível falar de um perfil da e do profissional da Psicologia no SUS?

EHP – É um profissional que entendeu que a Psicologia deixou de ser um artigo de luxo, deixou de ter como objeto apenas o domínio do íntimo, do individual, do privado. Os psicólogos do SUS têm interesse por outra dimensão desse objeto, que é uma dimensão mais pública, coletiva. É um profissional que está afeito ao manejo de grupo, ao apoio ao processo do trabalho, de escuta do território, dos interesses do território. Ele é orientado por um sentido público da sua tarefa e do seu objeto.

JP – Há lugar para a clínica no SUS?

EHP – Não pode haver SUS sem clínica. Está previsto na Constituição que todos têm direito à saúde e que todo cidadão tem direito a toda saúde. Saúde não é mais apenas remissão de sintomas, nem assistência; é também prevenção e promoção. Para isso são necessários outros princípios metodológicos, que têm a dimensão do controle social, da participação, da descentralização do sistema.

Eu não posso descentralizar e garantir participação social sem alterar a posição dos diferentes sujeitos, para que eles sejam corresponsáveis e protagonistas no processo de produção de saúde. E esse reposicionamento subjetivo é uma tarefa clínica por excelência. Não há SUS sem essa inseparabilidade entre clínica e política.

JP – Quais as diferenças entre o trabalho de psicólogos e psicólogos na atenção básica, na emergência e na atenção especializada?

EHP – As tarefas do psicólogo na saúde são difíceis e muito diferentes em seus níveis de atuação. O que fica mais evidente na atenção básica é que ele deve orientar, deve funcionar, como disse Odila Braga [durante o seminário], como um farol, como uma lanterna para orientação do trabalho dos psicólogos em outros níveis de atenção. O psicólogo aprende nessa relação com o território, que é uma escuta qualificada para os diferentes saberes, necessidades e sujeitos. Precisamos acolher essa diferença e encontrar uma aliança que garanta processos de diferenciação, seja ali na Unidade Básica de Saúde, no ambulatório de especialidades ou na atenção hospitalar.

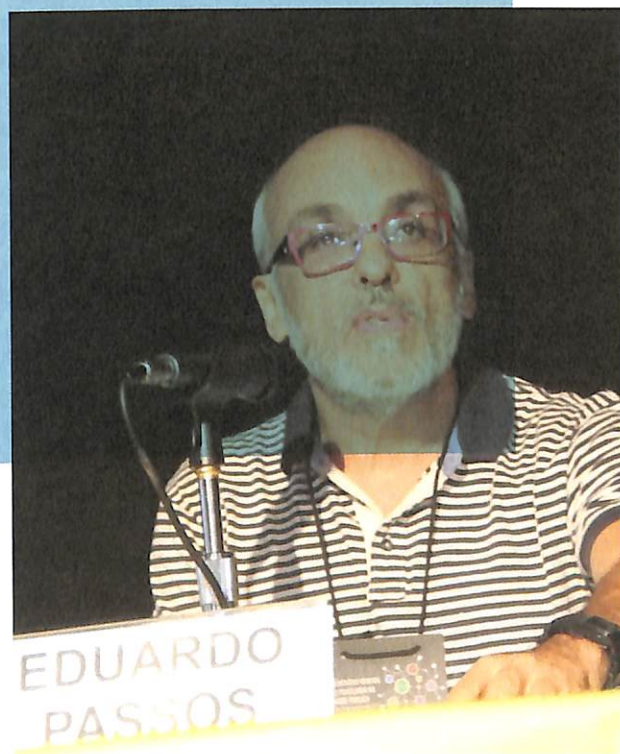
A atenção especializada, ou secundária, que são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são equipamentos que têm uma importância muito grande no sistema. Não só no acolhimento daqueles que demandam tratamento especializado, mas também no

matriciamento da atenção básica. Esperamos que cada vez menos precisemos de equipamentos especializados, de internação, e cada vez mais possamos fazer valer a força curativa dos territórios.

JP – Como você vê o atendimento a usuários de álcool e outras drogas no SUS?

EHP – Ele vem passando por mudanças. O grande desafio do SUS é trabalhar e incluir no sistema de saúde essas figuras críticas, que são os que fazem o uso abusivo de drogas. Há experiências muito importantes no sentido de valorização do saber desse usuário, mesmo o de drogas ilícitas. A ideia de redução de danos, da negociação, de uma recusa do proibicionismo e da lógica da abstinência, tem pautado iniciativas muito exitosas do SUS, como as práticas de vários Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e equipes importantes de Consultórios na Rua.

Eles são orientados nesse sentido de um acolhimento diferente, da negociação, de uma escuta qualificada com essa diferença. O problema não é o uso da droga, mas sim os efeitos negativos de um uso abusivo. O limite entre o uso e o abuso eu não posso determinar à distância, mas só em uma relação dialogada com o usuário, encontrando uma maneira de compatibilizar sua vida com suas práticas cotidianas, inclusive de uso de psicoativos.



PUBLICIDADE DIRIGIDA ÀS CRIANÇAS. AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS

Lais Fontenelle
Mestre em
Psicologia Clínica
e consultora do
Instituto Alana

Em 12 de outubro de 2007, tive meu primeiro artigo sobre publicidade infantil e seus impactos publicado na *Folha de S.Paulo*, inaugurando a discussão sobre o tema na agenda do país, para fazer com que a sociedade civil começasse a refletir sobre os impactos da publicidade na formação subjetiva de nossas crianças. No ano seguinte, o Conselho Federal de Psicologia ampliou o debate mostrando a contribuição da Psicologia com a publicação do parecer do Dr. Yves de La Taille.

Sem dúvida, muitos avanços foram conquistados, a começar pela promulgação da resolução 163 do Conanda – o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – em abril de 2014, que veio esclarecer o que já estava previsto no nosso Código de Defesa do Consumidor, que diz que “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço é abusiva e, portanto, ilegal”, demonstrando uma conquista histórica para os direitos da criança no Brasil.

Ver o tema estampado na prova do Enem no final de 2014 demonstrou mais uma conquista, principalmente porque convidou os jovens a se debruçarem, de forma autoral, sobre o tema. Mas, apesar de tudo, não tenho como deixar de mencionar que ainda vemos, infelizmente, um aumento exponencial de mensagens de apelo ao consumo para crianças, assim como o formato no qual essas mensagens chegam até elas. Hoje, não basta desligar o botão da TV para que nossas crianças não sejam alvo de publicidade. A comunicação mercadológica saiu das telas e ganhou as ruas, os muros, a programação infantil e até as escolas para falar diretamente com nossas crianças. Parques e áreas públicas de grandes centros urbanos vêm sendo ocupados por eventos cujo único objetivo é vender.

Esse mesmo tipo de invasão tem acontecido também em espaços escolares, o que tem impactos ainda mais graves na formação de nossas crianças, além de estar em desacordo não somente com a nota técnica que o MEC soltou depois da resolução do Conanda, mas também com a opinião de 56% da população que desaprova publicidade em escolas (segundo pesquisa Datafolha de 2011).

Sabemos que a publicidade é a alma do negócio numa sociedade de consumo como a nossa, já que estimula as compras, aquece a produção, gera empregos e renda. Entretanto, nenhum tipo de desenvolvimento, seja ele econômico, tecnológico ou científico, deveria ser mais importante que o desenvolvimento psicológico, emocional e cognitivo de uma única criança. Os impactos sociais, ambientais e econômicos da publicidade dirigida às crianças – como a formação de hábitos consumistas, o aumento da obesidade infantil, o estresse familiar, o incremento da violência urbana, a erotização precoce, entre outros – merecem nossa atenção.

A ação conjunta nas frentes da Educação e da Regulação precisa ganhar força. Todos os agentes sociais, e aí se incluem família, Estado, educadores e mercado, têm a responsabilidade compartilhada de transformar a realidade e ditar novos paradigmas para nossas crianças. A Psicologia, como ciência focada no desenvolvimento humano, tem muito a contribuir.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO SISTEMA CONSELHOS

Modelo para aplicação de mecanismos extrajudiciais no Sistema Conselhos ainda está sendo estudado como forma de resolução de conflitos profissionais e éticos.

A importância do Direito na sociedade atual é perceptível à nossa volta. Tornou-se banal ouvir alguém dizendo por aí que está “entrando na justiça” contra um vizinho, um desafeto ou um prestador de serviços. Esse excesso de judicialização, contudo, não contribui, em grande parte das vezes, para a real solução de conflitos. Isso porque, no processo judicial, não há possibilidade verdadeira de as partes se expressarem ou mesmo se dirigirem umas às outras, o que pode ser frustrante até mesmo para a parte vencedora do processo.

Porém, o conflito pode ser encarado como um ponto de crescimento para as partes, e não de antagonismo e disputa. Foi com esta perspectiva que o Sistema Conselhos de Psicologia passou a debater a implantação da conciliação e da mediação como formas extrajudiciais de resolução de conflitos em seus processos ético-administrativos.

A resolução pelas vias da mediação e da conciliação tende a ser mais célere, por estar menos atrelada aos trâmites administrativos, legais e judiciais, apesar de possuir o mesmo valor jurídico. Ela busca construir uma solução a partir do encontro e do restabelecimento de contato entre as partes.

DIFERENÇAS

A conciliação e a mediação diferem não só em seus objetivos, como também no método. Enquanto a primeira é mais orientada para que as partes cheguem a um acordo, na segunda o mais importante é restabelecer a confiança e a relação dialógica entre as pessoas envolvidas. Para isso, mediador e conciliador adotam estratégias diferentes para alcançar o resultado desejado, mantendo sempre preservadas, em ambos os casos, a neutralidade e a imparcialidade desta terceira pessoa.

O mediador atua como um facilitador do diálogo, deixando as partes livres para construir, de forma autônoma e solidária, uma saída para o problema. Já o conciliador possui um papel mais ativo, aconselhando, opinando e propondo soluções.

A conciliação é mais indicada para casos nos quais o contato entre as partes é esporádico e factual; a mediação, para pessoas que possuam vínculos afetivos permanentes ou de longo prazo.

Porém, estes mecanismos não servem a todos os casos. Atitudes que venham a ferir os Direitos Humanos ou aqueles direitos que a Constituição Federal considera indisponíveis não podem ser levadas a negociação. Por exemplo, fatos que envolvam violência sexual ou maus tratos de crianças, adolescentes e pessoas idosas.

O modelo para funcionamento desses mecanismos extrajudiciais dentro do Sistema Conselhos ainda está sendo estudado. Além de discussões e capacitações sendo realizadas em conselhos por todo o país, existe um núcleo de trabalho para mudança da legislação do Sistema, de forma a viabilizar a conciliação e a mediação.

Nos debates em âmbito nacional, Minas Gerais tem destacado a importância de que seja desenvolvida uma metodologia própria para conciliação e mediação no Sistema Conselhos. O CRP-MG defende também que estas ferramentas de resolução estejam ligadas não somente à Comissão de Ética, mas também de Orientação e Fiscalização, sendo passíveis de acesso pela profissional psicóloga desde a primeira fase do processo.

Mais do que propor uma alternativa ao exagerado apego à norma jurídica dos dias atuais, adotar a conciliação e a mediação como mecanismos de resolução de conflitos entre psicólogas e psicólogos é construir um Conselho com postura conciliadora, de promoção da paz e de acolhimento.

CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE CONVOCA ATUAÇÃO DO CRP-MG

No dia 5 de novembro de 2015, um mar de lama e rejeitos de mineração arrastou vidas, casas e raízes de moradores de distritos do município de Mariana, em Minas Gerais. A lama atingiu o Rio Doce e comprometeu a vida em toda a bacia: cidades ficaram sem água, pescadores perderam sua fonte de subsistência, populações indígenas testemunharam a morte do rio. A lama chegou ao mar e ainda não é possível mensurar os impactos provocados pelo rompimento de duas barragens da mineradora Samarco, que é de propriedade das gigantes do setor BHP e Vale – nascida “Companhia Vale do Rio Doce”.

No dia seguinte à catástrofe, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), por meio do Grupo de Trabalho “Psicologia de Emergências e Desastres”, começou a organizar sua atuação. O presidente do CRP, Roberto Chateaubriand Domingues, explica que os conselheiros refletiram muito sobre o que deveria ser feito, afinal, o quadro era bastante delicado. A primeira iniciativa foi a de tornar pública, por meio de uma nota, a posição do Conselho de apoio à população afetada e de denúncia da situação: aquela ocorrência não poderia ser tratada como um acidente, o que ocorreu foi um crime socioambiental.

Outra preocupação do Conselho foi a de não se pautar pelo poder público. “Nós poderíamos colaborar com o Estado, potencializar as ações empreendidas, mas de maneira alguma na perspectiva de suprir mão de obra ou substituir o Estado no seu dever, até mesmo em razão de um entendimento que nós temos de que a questão do trabalho profissional deve ser valorizada, reconhecida. O Estado tem mão de obra, tem

condições de se fazer presente nessas questões”, enfatiza Roberto Chateaubriand. Nesse sentido, outra ação que o Conselho empreendeu foi a realização de um mapeamento de psicólogas e psicólogos que atuam em serviços públicos no território atingido. As informações foram repassadas ao poder público com o objetivo de facilitar o contato com esses profissionais. O Conselho também fez a interlocução entre psicólogas e psicólogos – que contataram o órgão se prontificando a ser voluntários – e a estrutura de governo montada na região em função da tragédia.

ORIENTAÇÕES PARA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O envolvimento do CRP com a situação enfrentada na Bacia do Rio Doce também se justifica pela sua atuação no que vem sendo chamado de “Psicologia de Emergências e Desastres”, que inclusive dá nome a um Grupo de Trabalho instituído no Conselho. “Nós nos preocupamos em revisar estudos da área para contribuir com os psicólogos e, quando acontecem eventos como o de Mariana, termos uma vivência teórica e prática para lidar com as questões que surgem”, explica a conselheira referência do GT Psicologia de Emergências e Desastres, Elaine Zanolla.

O GT elaborou duas publicações que foram distribuídas para pessoas atingidas pela tragédia: uma delas trata da recuperação emocional da população como um todo e outra se dirige especificamente ao cuidado com crianças e adolescentes. A partir da orientação do Grupo, o Conselho também disponibilizou em sua

página na internet dois documentos que podem auxiliar os profissionais que estão atuando na região: a publicação *Primeiros cuidados psicológicos: guia para trabalhadores de campo*, produzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e o *Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres*, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SITE E GT EMERGÊNCIAS E DESASTRES

As publicações estão disponíveis no site do Conselho: www.crpmg.org.br. A participação no GT de Psicologia das Emergências e Desastres é aberta a psicólogas e psicólogos. As reuniões são mensais.

Mais informações no site do CRP ou pelos contatos: (31) 2138-6754 e comissoes@crp04.org.br.

O TRABALHO COM AS POPULAÇÕES

No dia 25 de novembro de 2015, o Psicologia em Foco Especial 9º Corep tratou do tema “Psicologia frente ao desastre” e contou com a participação da coordenadora de Saúde Mental do município de Mariana, Karen Santos, do psicólogo social no Departamento de Vigilância Socioassistencial, da Prefeitura de Suzano (SP), Joari Carvalho, e da psicóloga clínica e integrante do GT Psicologia de Emergências e Desastres do CRP-MG, Lilian Garate.

Karen Santos relatou a situação enfrentada em Mariana. Como a maior parte dos municípios brasileiros, a cidade não possuía um Plano de Contingência. Psicólogas, assistentes sociais e demais profissionais do município foram convocados no fim da tarde do dia 5 de novembro a se dirigirem à Arena da cidade. Em meio à situação caótica, a primeira diretriz pactuada foi a de que o atendimento se desse da maneira menos invasiva possível, evitando-se fazer muitas perguntas sobre o que havia acontecido a quem chegasse para o acolhimento. Karen Santos explica que um dos principais desafios foi alinhar estratégias com todos os profissionais envolvidos (do poder público; da empresa e voluntários) para que não ocorresse duplicidade de ações e se fizesse uma abordagem mais assertiva junto às famílias atingidas. Uma das soluções encontradas foi a criação do Ambulatório para Atendimento aos Desabrigados pela Barragem, que passou a concentrar algumas ações.

Governador Valadares foi uma das cidades que também sofreu grande impacto com a catástrofe devido à poluição do Rio Doce, principal fonte de abastecimento de água do município. Por meio da Subsede Leste, o CRP-MG realizou ações na região. Desde o dia 24 de novembro, têm acontecido reuniões com profissionais das áreas de saúde, assistência social e psicólogas e psicólogos voluntários. O objetivo é elaborar estratégias que ajudem a atender a população, como o mapeamento das famílias mais necessitadas para auxiliar na distribuição de água.



ATÉ 27 DELEGAD@S PARA O CNP

Congresso Nacional da Psicologia definirá linhas de atuação para os Conselhos de 2017 a 2019. A eleição de delegadas e delegados depende da participação no Congresso Regional e nas etapas preparatórias.

Estão acontecendo os eventos preparatórios do 9º Congresso Nacional da Psicologia (9º CNP), que ocorre em junho de 2016 e definirá as linhas de atuação dos Conselhos para o período de 2017 a 2019. O tema do congresso será *Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária*.

A primeira etapa do CNP, que são as instâncias preparatórias, já está sendo realizada em Minas Gerais. As datas, locais e temas dos debates podem ser conferidos no site www.crpmg.org.br e também no perfil do CRP-MG no Facebook.

O CRP poderá enviar até 27 delegadas e delegados ao 9º CNP, marcado para ocorrer em Brasília, em junho de 2016. Para isso, será necessário eleger pelo menos 368 representantes no Congresso Regional, o Corep, em abril de 2016.

Quer ajudar a definir para onde vão os Conselhos? Venha!

Nos eventos preparatórios que estão acontecendo agora, participantes levantarão as questões e irão elaborar propostas a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos. É a hora de trazer propostas de sua cidade, de seu grupo de pesquisa, de amigas e amigos.

Além dos eventos preparatórios organizados pelo CRP-MG, psicólogas e psicólogos de todo o estado podem propor atividades livres e apresentá-las ao Conselho. Esta é uma das novidades dessa edição do CNP.

Sua participação é fundamental! Agora e em todo o processo!

A mobilização da categoria é fundamental para garantir a participação – e influência – das diversas formas de trabalhar, agir e pensar que convivem na Psicologia.

ENTENDA TUDO!

CNP – Congresso Nacional da Psicologia: Definirá diretrizes e ações políticas prioritárias para os Conselhos para o triênio 2017 a 2019. Nele são inscritas as chapas que concorrerão ao próximo mandato do CFP.

Corep – Congresso Regional da Psicologia: Produz teses regionais e para o CNP. Reúne delegados e delegadas representantes dos psicólogos das regiões de Minas Gerais. Nele, há inscrição das chapas para concorrer ao CRP.

Sistema Conselhos: Reúne os 23 Conselhos Regionais e o Conselho Federal.

Apaf – Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças: Instância deliberativa constituída por representantes do CFP e de todos os Conselhos Regionais. Acompanha a execução das deliberações do CNP.

Comorg – Comissão Organizadora do CNP: A Comissão Organizadora Nacional.

Requisitos para ser delegada/delegado: Estar inscrito(a) no Conselho Regional.

OUT. 2015 A MAR. 2016

Eventos preparatórios
encontros temáticos, mesas redondas, debates online etc.

ABRANGÊNCIA

Local

OBJETIVOS

Psicólogas(os) levantam questões e elaboram propostas a serem apreciadas nos Pré-Congressos

DELEGADAS(OS)

Não elege

EVENTOS LIVRES

Devem ser informados ao CRP até 15 dias antes de sua realização

ATÉ 10/ ABR. 2016

Pré-congressos

ABRANGÊNCIA

Em MG, nas regiões Central, Centro-Oeste, Leste, Norte, Sudeste, Sul, Triângulo

OBJETIVOS

Elabora e aprova propostas locais e nacionais
Proposta aprovada: tendo ao menos 40% dos votos das psicólogas(as) presentes

DELEGADAS(OS)

Elege delegadas(os) para o Congresso Regional

EVENTOS LIVRES

Devem ser informados ao CRP até dia 15 de fevereiro de 2016

16 A 19/ JUN. 2016

Congresso Nacional (CNP)
Tema: "Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária"

ABRANGÊNCIA

Nacional

OBJETIVOS

Aprova diretrizes e propostas para atuação do CFP e dos CRPs

DELEGADAS(OS)

Participam delegadas(os) eleitas(os) nos Coreps

ELEIÇÕES

Inscrição de chapas para concorrer à eleição do CFP

28/ ABR. A 8/ MAIO 2016

Congressos Regionais (Coreps)

ABRANGÊNCIA

Um por Conselho Regional

OBJETIVOS

Delibera sobre proposições regionais.
Aprova propostas a serem encaminhadas para o 9º CNP

DELEGADAS(OS)

Elege delegadas(os) e suplentes para o 9º CNP

ELEIÇÕES

Inscrição de chapas para as eleições dos Conselhos Regionais

MUIT@S E PLURAIS

CRP faz campanha de mobilização e comunicação buscando ampliar o reconhecimento social e a valorização da profissão, além de aumentar a visibilidade dos diversos fazeres da Psicologia como ciência e profissão.

Fortalecer a imagem da profissão para o público em geral. Contribuir para elevar o reconhecimento da Psicologia na sociedade. Valorizar nosso olhar peculiar em relação ao mundo. Reconhecer a Psicologia como um veículo de direitos coletivos. São esses os objetivos da campanha *Somos muit@s. Somos plurais. Somos da Psicologia*, lançada pelo XIV Plenário do CRP-MG para o biênio 2015-2016.

“Nossa principal particularidade, como profissionais da Psicologia, é ter condições técnicas de interferir em todos os temas que permeiam a sociedade, mostrando que por meio da defesa de interesses coletivos é possível obter ganhos políticos e sociais para todos”, afirma o conselheiro presidente do XIV Plenário do CRP-MG, Roberto Domingues.

A campanha é formada por eventos, debates, manifestos e atividades relativas ao fazer da Psicologia. Sua marca foi lançada no Dia d@ Psicólogo@ de 2015, durante a III Mostra Mineira de Práticas em Psicologia (*Ver box*). As atividades, no entanto, vêm sendo realizadas desde abril, com o ciclo Psicologia em Foco. Desde então, foram mais de 60 eventos, na capital e no interior do estado, abrangendo temas variados como redução da maioridade penal, crise hídrica, saúde do trabalhador, reforma política, políticas públicas sobre drogas e ainda

genocídio da juventude negra, intolerância ao sofrimento, estatuto da família e lesbo-homo-transfobia, entre outros. “A cada encontro nos deparamos com as inúmeras possibilidades de inserção do nosso fazer”, avalia a conselheira Marisa Sanabria, integrante da comissão responsável pelo planejamento da campanha.

Um dos objetivos desta rotina de eventos semanais é trazer a categoria para o Conselho. É o que lembra Milton Bicalho, também da equipe que pensou a campanha: “Aqui é a casa da psicóloga e do psicólogo. Quando planejamos o Psicologia em Foco também tínhamos em mente a aproximação do CRP-MG com as instituições de ensino. Não há como discutir o nosso fazer sem colocar todos os atores em contato”, pontua.

INTERIORIZAÇÃO DOS DEBATES

Somente o Psicologia em Foco chegou à marca dos 62 eventos – foram 34 em Belo Horizonte e 28 nas subseções. “Toda a campanha foi pensada com muita atenção na interiorização das ações e dos debates, pois não podemos perder de vista que, hoje, 52% de psicólogas e psicólogos atuam fora da capital”, afirma a conselheira Marília Oliveira.

MOSTRA CELEBROU O DIA D@ PSICÓLOG@

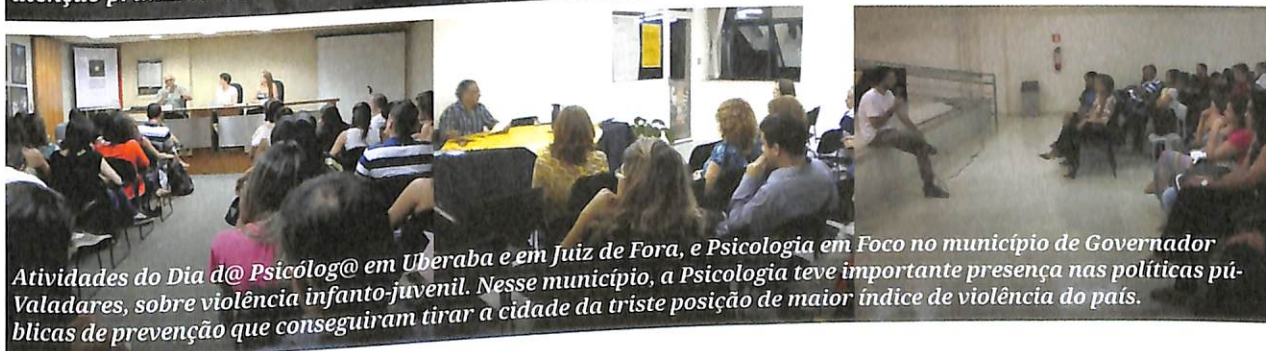
Para traduzir a Campanha de Valorização da Profissão *Somos muit@s. Somos plurais. Somos da Psicologia* para a sociedade, o CRP-MG promoveu a III Mostra Mineira de Práticas em Psicologia, com o nome de *A psicologia e seus fazeres: valorizando a profissão*, no dia 27 de agosto, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Houve debates, oficinas e exposição de trabalhos.

As estudantes de psicologia Marcela Pontes Cabral e Mariele Pereira Silveira, e a psicóloga Raissa Dias Vieira de Assis, que participaram das atividades, destacaram as discussões de temas que não são abordados em sala de aula, a variedade de assun-

tos e o fato de ser um lugar de muita visibilidade. Na Mostra, elas ficaram sabendo que há psicólogas e psicólogos trabalhando com povos indígenas, quando Ronaldo Santhiago Bonfim de Souza compartilhou sua vivência profissional em uma terra indígena. “Em Minas Gerais temos apenas oito psicólogos atuando nestes espaços. Temos que qualificar e ver a nossa importância na saúde indígena, sempre atentos às políticas também”, disse Ronaldo, que comemorou o tratamento do tema no Dia d@ Psicólog@. “Propiciar este debate em um dia tão emblemático é mostrar para a sociedade o que a Psicologia procura fazer”, disse.



No dia 27 de agosto, o Conselho levou para a Praça da Liberdade debates sobre clínica dos autismos; interfaces entre as transformações em mobilidade humana e a vida psíquica da sociedade; psicologia das emergências e desastres; promoção de direitos humanos; e ainda alienação parental, violência doméstica e questões de gênero; atenção primária à saúde; entre outros.



Atividades do Dia d@ Psicólog@ em Uberaba e em Juiz de Fora, e Psicologia em Foco no município de Governador Valadares, sobre violência infanto-juvenil. Nesse município, a Psicologia teve importante presença nas políticas públicas de prevenção que conseguiram tirar a cidade da triste posição de maior índice de violência do país.

SEU CONSELHO, BEM PERTO DE VOCÊ

Para ter informações e orientações sobre a prática profissional, procure sua subseção.

SUBSEÇÃO NORTE

Av. Deputado Esteves Rodrigues, 616, sala 702, Centro – Montes Claros
Telefone: (38) 3221-7720
norte@crp04.org.br

SUBSEÇÃO LESTE

Rua Peçanha, 374, 4º Andar, Salas 401 a 403, Centro – Governador Valadares
Telefone: (33) 3225-0475
leste@crp04.org.br

SUBSEÇÃO TRIÂNGULO

Av. Floriano Peixoto, 615 salas 302 e 303, Centro – Uberlândia
Telefone: (34) 3235-6765
uberlandia@crp04.org.br

SEDE

Rua Timbiras, no 1532, 6º andar, Lourdes – Belo Horizonte
Telefone: (31) 2138 6767
crp04@crp04.org.br

SUBSEÇÃO CENTRO-OESTE

Rua Fortaleza, nº 34 / 2º andar, Bairro Bom Pastor – Divinópolis
Telefone: (37) 3213-8930
centrooeste@crp04.org.br

SUBSEÇÃO SUDESTE

Av. Barão do Rio Branco, 2001 sala 1507 e 1508, Centro – Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215-9014
sudeste@crp04.org.br

SUBSEÇÃO SUL

Avenida Jaci Laraia Vieira, nº 106, conj. 101/102, Desmembramento Nicolau Laraia – Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423- 8382
sul@crp04.org.br

Dúvida sobre qual é sua subseção? Descubra no *Guia para o exercício profissional* versão 2016 ou no site www.crp04.org.br